

O URBANO E O RURAL EM MINAS GERAIS ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX

ALEXANDRE MENDES CUNHA*

Resumo: O objetivo do texto é refletir sobre duas questões fundamentais à história da formação territorial em Minas Gerais: o que explica, no começo do século XVIII, a antecedência na formação do “urbano” em relação ao “rural”; e o que marca a profunda alteração na dinâmica da produção do espaço na região, na passagem do século XVIII para o XIX. A discussão está organizada em três partes distintas: 1) uma reflexão teórica sobre os significados do urbano e do rural; 2) a discussão da formação inicial do espaço em Minas Gerais; e 3) a diferenciação espacial entre os séculos XVIII e XIX.

Palavras-chave: Urbano, Rural, Minas Gerais, Diferenciação Econômica.

Abstract: The aim of this paper is to discuss two main questions on the history of territorial formation of Minas Gerais: what explains that in the beginning of the 18th century the “urban” has preceded the “rural”; and the deep changes in the production of the space between the 18th and 19th centuries in the region. The discussion is organized in three parts: 1) a

* Doutor em História, com Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar – da UFMG

theoretical reflection upon the meaning of urban and rural; 2) explorations on the beginning of the spatial formation in Minas Gerais; and 3) the spatial differentiation between the 18th and 19th centuries.

Keywords: Urban, Rural, Minas Gerais, Economic Differentiation

Para se tratar do tema “O Urbano e o Rural em Minas Gerais”, um bom caminho é começar por duas idéias essenciais, duas idéias que não deixam de incluir uma certa polêmica historiográfica, à qual também vale aqui a referência.

A primeira e mais fundamental dessas idéias é que, na formação espacial de Minas Gerais, o “urbano” antecede o “rural”. O sentido geral dessa proposição, entretanto, carece de algumas qualificações acerca dos significados de urbano e rural, mas, já adiantando o fundamental, pode-se afirmar que em Minas é o espaço do urbano em si que vai produzir – mais do que simplesmente anteceder – o espaço do rural, e não o contrário, como via de regra se pensa o caminho da formação das cidades e dos espaços urbanos na história.

A segunda idéia que será aqui destacada e que confere temporalidade específica à discussão proposta é que, entre os séculos XVIII e XIX, tem-se uma alteração na dinâmica da produção do espaço na capitania. Essa alteração vai se dar da seguinte maneira: o urbano vai deixando progressivamente de ser a força que induz à diferenciação espacial, enquanto o rural, que ganha autonomia substantiva, vai passando a demandar, na sua expansão, a centralidade cidadina. Nisso é que se explica a questão aparentemente paradoxal que este pequeno texto visa esclarecer: a de que, na passagem do século, tem-se tanto a retração (poder-se-ia mesmo dizer decadência) do urbano, enquanto forma socioespacial específica, quanto a progressiva multiplicação de núcleos citadinos em certas áreas do território mineiro.

O URBANO E O RURAL EM MINAS GERAIS ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX

Para esclarecer essas questões, o texto se organiza em três partes. Primeiro, uma discussão um pouco teórica, ainda que sucinta, acerca do que é o urbano e das especificidades e implicações do tratamento que aqui se dará ao termo. Na seqüência, o tema da formação em si do espaço em Minas Gerais, desde os primeiros descobertos do ouro. Finalmente, o processo de diferenciação espacial entre os séculos XVIII e XIX, na dinâmica mesma dessa produção do espaço em uma passagem de século em tudo fundamental para a história de Minas. A viragem do século XVIII para o XIX, justamente por ser momento pouco estudado na historiografia, inclui uma série de questões que carecem ainda de tratamento mais substantivo. O que logo se pode adiantar é que, em se tratando de um período de transição, o final do século XVIII e a entrada no século XIX incluem questões novas, entre as quais as alterações políticas, o reposicionamento das atividades econômicas, as mudanças na administração colonial e a conjuntura em si de ruptura com o sistema colonial a partir da vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro. Essas questões fazem desse um momento de intensas transformações, que não se pode abordar sem a referência a um recorte temporal bastante amplo. Tudo isso, obviamente, traz uma série de implicações para a transformação do espaço mineiro que, mesmo não havendo como discutir em profundidade aqui, compõem um pano de fundo imprescindível para a reflexão que ora se apresenta.

O que é urbano? É importante colocar essa questão, por um lado, sob um ponto de vista teórico e, por outro, sob um ponto de vista estritamente prático. Trata-se de uma questão mal compreendida muitas vezes. O urbano pode ser entendido rigorosamente como uma referência, por exemplo, a um determinado nível de concentração populacional em um certo espaço, e é exatamente esse o significado que na maior parte das vezes se dá ao termo. Da mesma forma, ocorre a referência ao “urbano” como indistinta da referência à “cidade”. O urbano no sentido que se vem tratando aqui é, por sua vez, uma

expressão que mais se aproxima do sentido fundamental de “vida urbana”. Relaciona-se, dessa forma, à especificidade da concentração de serviços, de processos, de caminhos, de encontros, de idéias, de possibilidades, enfim, que o espaço urbano sintetiza e oferece. É nesse sentido que o século XVIII em Minas Gerais foi muito estudado e é nesse sentido que é possível compreender uma série de processos culturais, sociais e políticos próprios desse século na capitania. Faz-se aqui referência, por exemplo, ao barroco mineiro, às transformações políticas, como as associadas ao movimento da Inconfidência, etc.

Tudo o que se pode associar à vivência da urbanidade nas vilas do ouro mineiras na segunda metade do século XVIII decorre em larga medida dos encontros próprios da vida urbana, desde a complexificação da economia, gerando adensada estrutura de serviços e mobilizando recursos para o seu abastecimento; passando pela conformação de um tecido social com posições mais variadas, com substantivas diferenças em relação ao binômio senhor x escravo; até a conformação de projetos políticos dissonantes aos horizontes do empreendimento colonial ou, ainda, da gestação de uma paisagem artística e cultural significativamente nova e exuberante aos quadros da América.

¹ Ver especialmente: Edward Soja, *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica*, Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993; David Harvey, *Social Justice & the City*, London, E. Arnold, 1976; e Milton Santos, *Por uma geografia nova*, São Paulo, Hucitec, 1978.

Essa orientação geral apóia fortemente a leitura do urbano – e do rural – aqui desenvolvida, na perspectiva de que os processos e práticas sociais, culturais, econômicos, políticos, etc., não são elementos que simplesmente se desenrolam por sobre uma base espacial dada. Muito contundentemente, entende-se que o espaço é muito mais que um tipo de “pano de fundo”. Trata-se de uma espécie de ator, mesmo nos processos sociais, influenciando na vida cotidiana e “personificando-se” à medida que suas formas são criadas e recriadas segundo as plantas do próprio devir do tempo social. Esse tipo de consideração alinha a presente reflexão com certas contribuições da geografia marxista contemporânea.¹

Bem entendido, o urbano é menos um resultado – e nisso um dado material – e mais um processo. Trata-se de uma

O URBANO E O RURAL EM MINAS GERAIS ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX

realidade social composta, fruto da construção coletiva do espaço, sendo, portanto, indissociável da dimensão mesma da vida cotidiana no ambiente citadino e das experiências e processos materiais e simbólicos que a esta estão associados. É dessa forma que o urbano não se dissocia do que é a “vida urbana” e de tudo que certa dinâmica de encontros vem a significar, seja nas experiências pessoais, no ambiente cultural, na “vida mental” (como estuda Georg Simmel para o caso das metrópoles no alvorecer do século XX²), seja nos significados múltiplos para a economia, para a demografia, etc.

É por conta disso que urbano, da forma que vai aqui tratado, não se confunde simplesmente com a identificação do espaço citadino, sendo preciso ultrapassar a paisagem estática do dado material da cidade para encarná-la de vida, de vida urbana, alcançando nisso um processo efetivamente histórico. A crítica fundamental que se faz aqui a muito da historiografia acerca das Minas no Dezoito e Dezenove não é tão-somente a de se identificar de forma direta cidades, ou vilas, com o urbano, mas, mais que isso, a de se atribuírem características próprias das dinâmicas econômicas, sociais ou culturais decorrentes essencialmente da vida urbana, com seus encontros potenciais, com sua diversidade e novidade, à simples existência de qualquer nucleação. Se não se preocupa em verificar determinadas sobreposições de processos coletivos que adensam população de forma regular e continuada, dinamizando aí múltiplas interações, não se está falando de urbano. Mais do que o tamanho da nucleação, que é critério sem dúvida relativo (ainda que de grande importância), é o dado da continuidade e regularidade da vida urbana, por todo o tempo, que se constitui em referência crucial para a especificidade do urbano e seus desdobramentos, tal qual aqui vai sendo tratado.

Para se tratar da questão da formação em si desse espaço mineiro, uma reflexão preliminar guarda interesse: existem diversos outros contextos na América Portuguesa em que a formação de vilas ou de cidades se deu por conta da

² Georg Simmel, *The sociology of space, Bridge and Door, The metropolis and mental life in: Georg Simmel, Simmel on Culture: selected writings, David Frisby and Mike Featherstone (eds.), London, SAGE Publications, 1997 / Idem, A metrópole e a vida mental. In: Otávio Guilherme Velho (org.), O Fenômeno Urbano, 2 ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.*

institucionalização do espaço do poder, em particular no século XVI e na faixa litorânea. O esquema é direto: a Coroa portuguesa funda a vila a partir de um ato político. O representante do poder simplesmente demarca o espaço e institucionaliza o poder, dando-se a partir daí a formação de uma nucleação e progressivamente um processo de diferenciação daquele espaço e de produção de espaços complementares. Em Minas Gerais isso, via de regra, não aconteceu. Os primeiros núcleos não surgem diretamente da vontade da Coroa portuguesa, ou seja, não surgem da vontade manifesta do representante do Rei. Também esses núcleos não surgem de um espaço já mais ou menos diferenciado, um espaço onde existisse uma produção de subsistência ou qualquer coisa do tipo e que, em sua diferenciação progressiva, passasse a demandar uma centralidade urbana.

O que acontece em Minas Gerais é algo interessante justamente porque é diferente do resto das conquistas na América Portuguesa, uma vez que aqui o espaço urbano em si surge antes tanto da cidade política quanto do rural. Surge em função direta do espaço da mineração, ou seja, o que dá existência a esse espaço urbano é efetivamente a mineração. Todo o afluxo populacional inicial para Minas Gerais dá-se em função da mineração e dá-se concentrado nas nucleações, e não disperso pelo campo.

Essas questões como um todo, mesmo que com acento diverso, já foram de alguma forma apresentadas pelos estudiosos das Minas setecentistas. Não obstante, a questão fundamental, que inclui uma certa polêmica com a historiografia, é a seguinte: o surgimento desses núcleos tem na mineração um dado de organização do espaço. Insiste-se aqui na idéia de que não foram nem a igreja, e nisso o espaço das capelas, nem o comércio, e nisso o espaço das vendas, os responsáveis por fincar o espaço urbano, ou seja, por definir onde os núcleos iam existir e por dar a eles existência continuada. A versão de que, na confluência de vários caminhos para as minas, ou seja, as áreas de mineração, há um espaço que se torna o espaço da cidade, o espaço do urbano, porque é ali que vai ficar o espaço

O URBANO E O RURAL EM MINAS GERAIS ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX

do comércio ou da sociabilidade ligada à religião, não encontra corroboração nas fontes documentais.³

As pesquisas sobre a formação desses primeiros núcleos em Minas Gerais, das primeiras Vilas do Ouro, que estão sintetizadas em alguns de meus outros trabalhos, indicam que existe uma curiosa superposição entre o espaço da produção e o espaço da reprodução da vida (ou seja, desses diversos outros espaços: do comércio, da sociabilidade).

O urbano próprio da cidade mineradora, que se define em Minas a partir das descobertas auríferas, é constituído pela sobreposição de processos distintos, mas complementares, de construção coletiva do espaço. Soma-se assim, de saída, o “chão da produção”, a mineração, ao “chão da reprodução da vida material”, com toda a estrutura de comércio e serviços que se vai articulando em função da vitalidade da atividade mineradora. Esses espaços vão se superpondo na construção dos primeiros arraiais auríferos, sendo que a eles se somariam logo os lugares da sociabilidade associada, por exemplo, à vivência religiosa no âmbito das irmandades laicas, assim como as estruturas próprias da institucionalização do poder, como a criação das vilas, o estabelecimento dos instrumentos de justiça, de manutenção (criação) da ordem e de organização do fisco, todos conformados sobre base espacial que pode ser lida a partir desse momento como a sobreposição da “cidade política” àquele espaço urbano.⁴

É interessante perceber que, de alguma forma, a imagem que a historiografia traduziu como a da formação do espaço em Minas é muito mais a imagem que só se define no final do século XVIII. Um exemplo é a imagem de Vila Rica (Ouro Preto), que no final do século XVIII era constituída de um núcleo populacional urbano ao redor do qual se dispunham espaços de mineração, espaços esses que na época, entretanto, já estavam em decadência. Estudando os primeiros tempos desses núcleos, o que se verifica, por outro lado, é que esse espaço da mineração estava contido no próprio espaço da cidade, no entremeio de todas as coisas. E a explicação é muito

³ Alexandre Mendes Cunha, *No sertão, o lugar das minas: reflexões sobre a formação do espaço central das Minas Gerais no começo do século XVIII*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 40, 2007 e também Alexandre Mendes Cunha, *Espaço, Paisagem e População: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das Vilas do Ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX*, Revista Brasileira de História, v. 27, 2007.

⁴ Alexandre Mendes Cunha, Roberto Luís de Melo Monte-Mór, *A Tríade Urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais*. In: *Anais do IX Seminário sobre a economia mineira*, Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2000. v. 1.

simples: as pessoas que acorriam a essas terras o faziam por conta da mineração e habitavam, portanto, onde existiam as minas, e não em outra parte. Esse espaço de produção e reprodução da vida, portanto, só tenderia a ter alguma estabilidade depois que a área já estivesse por completo minerada.

Existem vários exemplos dessas questões, como o caso de Catas Altas. Sendo um dos núcleos originais desse período, com a sua fundação no ano de 1703, a cidade enquadra-se exemplarmente no que se trata aqui. Acompanhando, por exemplo, a formação dos primeiros espaços de culto religioso no núcleo, o que se verifica é que, nos primeiros sete anos de existência do arraial, a capela original trocou de lugar no mínimo três vezes. A troca de lugar, entretanto, não se dá de forma aleatória, mas segue uma lógica muito simples. Começa em construção muito precária à beira do córrego onde está também o começo da atividade mineradora. Trata-se de uma capela construída com os materiais mais simples possíveis. Tratava-se efetivamente de uma construção móvel, que poderia deslocar-se à medida que aquele espaço fosse minerado. O sentido do deslocamento no morro é cada vez mais para cima, até o lugar definitivo.⁵

⁵ José de Lemos Gomes, Informação das antiguidades da freguesia de Catas Altas. In: Códice Costa Matoso; Luciano Figueiredo; Maria Verônica Campos, Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetanoda Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos, 1999. [2 vols.]

É possível reproduzir esse tipo de estudo não só para o espaço do culto religioso, mas também para o espaço do comércio e de outros serviços. Ou seja, no final das contas, é possível montar um quadro em que é a mineração que qualifica esse espaço, e é por conta da mineração que se tem esta superposição de outros tantos espaços que vão compor o núcleo urbano. Fala-se aqui, portanto, vale insistir, de um certo conceito de urbano e da sua percepção prática na formação do espaço em Minas, conceito que não é simplesmente definido com base no número de habitantes, mas no que esse urbano representa em termos dos encontros e confluências próprios da vida urbana. Definido pela multiplicação da oferta de serviços própria desse espaço, pela diferenciação do tecido social ou pela dinamização da cultura, sendo que tudo isso tem a ver com uma série de questões que, ao longo do século XVIII, vão tornando-se mais claras dentro da sociedade mineira.

O URBANO E O RURAL EM MINAS GERAIS ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX

Ao longo do século XVIII – avançando no argumento e chegando à terceira parte do texto –, tem-se uma progressiva diferenciação do território mineiro. Esse espaço que surge em função da mineração vai logo demandar fluxos de abastecimento para as pessoas que primeiro ocuparam a região e que estavam naturalmente voltadas para a mineração. É nesse sentido que o espaço urbano vai criando o espaço rural.

O começo do século – os primeiros anos do século XVIII – oferece uma série de exemplos de crises de escassez. Momentos em que a população inicialmente chegada ainda não dispunha de vias estabelecidas de abastecimento para os núcleos urbanos, sendo exatamente isso que iria progressivamente promover a necessidade de produzir esses espaços complementares de produção agrícola e pastoril e, com isso, a produção em si do espaço rural. É possível, então, acompanhar ao longo do século XVIII a multiplicação progressiva desses espaços e uma certa diferenciação e especialização deles no conjunto do território de Minas Gerais.

Esse processo conforma áreas que vão especializar-se, por exemplo, na produção, seguindo rotas muito mais antigas, anteriores mesmo à ocupação luso-brasileira desse território, em extensão à zona curraleira que desce da Bahia, acompanhando a rota do São Francisco. Ou ainda o sul de Minas, que vai adquirindo um outro perfil para além da mineração, de núcleos como São João e São José del-Rei, com perfil desde muito cedo agrícola e pastoril.

Outro ponto polêmico que, não obstante, interessa tratar é que, na passagem para o século XIX, tem-se uma alteração muito substantiva nessa trajetória – uma inflexão fundamental para o esclarecimento do conjunto dessa dinâmica de formação-diferenciação do espaço mineiro. Trata-se do seguinte: a historiografia contemporânea sobre as Minas Gerais conseguiu, não sem muito esforço, demonstrar que o século XIX em Minas Gerais não foi um tempo de pura decadência econômica. A crise da mineração não jogou Minas Gerais numa decadência econômica completa.

O que passa a acontecer é muito mais uma reorientação, um reordenamento dessa economia, e demonstrou isso uma série de pesquisas iniciada na década de 1980. É possível citar diversos nomes, começando pelos de Roberto Martins e Amílcar Martins, e o contraponto de suas constatações, com as pesquisas de Robert Slennes e, mais recentemente, Douglas Libby e Clotilde Paiva. Ou seja, uma série de autores vai entrar nessa discussão para demonstrar efetivamente que o cenário econômico do século XIX é muito mais vivo do que antes se imaginava. Porém, essas pesquisas todas não podem obscurecer um dado muito importante: o de que a mineração efetivamente entrou em declínio. Os núcleos originais ligados à mineração entraram em decadência porque a atividade principal desses núcleos entrou em declínio. Que tipo de decadência era essa? Não necessariamente uma decadência econômica ampla, mas uma decadência dessa vida urbana que empurrava reorientações de conjunto. Evidência concreta disso é a perda de população por esses núcleos originais, essas vilas do ouro originais, na passagem do século XVIII para o XIX.

O que se está querendo aqui enfatizar é que há uma forte diminuição da mineração do ouro nos últimos anos do século XVIII e primeiros do XIX. A atividade começa a efetivamente entrar em decadência, diminuindo muito a sua importância no conjunto da economia, em comparação com as décadas de 60 e 70 do Setecentos. Torna-se inescapável a verdade de que a mineração era uma atividade em decadência aos olhos dos administradores da época, e isso se articula diretamente às perdas populacionais que vai sofrendo essa região central das minas. Dá-se uma troca populacional, com crescimento em particular do sul de Minas, crescimento esse que ocorre em função particularmente da atração das áreas ligadas à agropecuária, que no começo do século XIX teriam um incentivo particular, por conta justamente da vinda da família real em 1808 e da necessidade de abastecimento da praça do Rio de Janeiro, para o qual o sul de Minas será fundamental.⁶

⁶ Alexandre Mendes Cunha, *Tropa em marcha, mesa farta: Minas Gerais e o abastecimento da corte a partir de 1808*, Revista de História, Rio de Janeiro, v. 3, 2008.

O que está mudando é, enfim, o eixo dinâmico da economia, o elemento preponderante na organização e produ-

O URBANO E O RURAL EM MINAS GERAIS ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX

ção dos espaços econômicos, da mineração para a agropecuária. O interessante, então, é que isso define que a economia, antes dinamizada por uma base (a mineração) que, como se argumentou anteriormente, é urbana de nascença, ficará cada vez mais ligada, a partir de então, à atividade rural. O argumento geral aqui, portanto, é que se dá uma ruralização em Minas no início do século XIX. Não obstante – e isso é um pouco paradoxal –, trata-se de um período também de expansão do número de nucleações urbanas ou, melhor dizendo, de nucleações citadinas. Aumenta muito o número de vilas e arraiais no conjunto desse espaço, em particular no sul de Minas. Contudo, isso não pode ser caracterizado como urbanização, antes o contrário.

A idéia fundamental é que esses núcleos urbanos se multiplicam por conta dessa ruralização. A função principal dessas nucleações que vão surgindo ou se dinamizando é a de serem entrepostos para essa produção rural, o que bem se corrobora com os testemunhos da época.

Exemplo básico é o dos viajantes estrangeiros que percorreram Minas Gerais a partir do início do século XIX. Em passagens diferentes de alguns de seus depoimentos, atesta-se que essas cidades novas que estão formando-se, essas vilas que estão surgindo, são na verdade vilas domingueiras. Vida urbana efetivamente, nessas nucleações, seria algo próprio do fim de semana, sendo que ao longo da semana esses espaços são, via de regra, extremamente vazios. É no fim de semana que a população rural vai para a cidade.

O exemplo mais expressivo está nos relatos do naturalista Auguste de Saint-Hilaire. Com a autoridade de quem percorreu quase todas as regiões das Minas, Saint-Hilaire tece considerações, em pontos diversos dos seus relatos, sobre o reduzido número de pessoas que residiam nas localidades de menor porte durante a semana, o que constitui um claro indício da força do processo de ruralização que marca o território no início da primeira metade do Dezenove. Percorrendo as terras do julgado de Araxá em 1819, comenta o viajante francês:

Durante a semana a maioria das casas de Araxá fica fechada. Seus donos só ali aparecem aos domingos, para assistirem à missa, passando o resto do tempo em suas fazendas. Só permanecem nas cidades, nos dias de semana, os artesãos – alguns dos quais bastante habilidosos –, as pessoas sem profissão, alguns comerciantes e as prostitutas. O que acabo de dizer aqui pode ser aplicado praticamente a todos os arraiais da Província de Minas.⁷

⁷ Auguste de Saint-Hilaire, Viagem às nascentes do Rio São Francisco, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p.130.

Não muito distante dali, no arraial de Patrocínio, reforçaria a idéia:

Como sempre, as casas do arraial pertencem a fazendeiros que só aparecem ali aos domingos. Os únicos habitantes permanentes de Patrocínio são alguns artesãos, dois ou três modestos comerciantes, os vagabundos e as prostitutas.⁸

⁸ Idem, p.137.

Alguns anos mais tarde, em 1822, outra impressão coincidente é registrada por Saint-Hilaire acerca do arraial de Aiuruoca, nucleação fundada no Dezoito, mas que àquele tempo respondia como nucleação de área rural importante, com relevância suficiente para, algum tempo depois (1834), ser elevado à condição de vila, mesmo sem traduzir qualquer significância cotidiana no plano da vida urbana:

Construíram-na à ribanceira direita, um pouco acima de seu leito, e compõe-se de cerca de 80 casas. Constituem elas três ruas, cuja principal é bastante larga e paralela ao rio. A igreja paroquial ergue-se na extremidade mais elevada dessa rua, é pequena, sem sino e nada oferece de notável. Vêem-se além dela uma capela e outra igreja, recentemente construída pela irmandade do Rosário e colocada num morro que domina toda a cidade. Como quase todas as aglomerações de Minas, parece muito pouco habitada nos dias úteis. Torna-se, porém, provavelmente muito mais movimentada nos domingos e feriados. Prova de que nem sempre vive tão deserta

O URBANO E O RURAL EM MINAS GERAIS ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX

quanto hoje é o fato de possuir algumas lojas bem regularmente sortidas, vendas e até mesmo uma farmácia. (...) Segundo o que me disse o cura, as conjecturas que formava ontem sobre a população desta cidade estão perfeitamente fundadas. Não é habitada durante a semana senão por mercadores, operários e prostitutas. Mas, aos domingos e dias de festa, torna-se um lugar de reunião para todos os agricultores da comarca.⁹

Ou seja, o tema da ruralização na virada para o Dezenove não pode ser entendido nem como reflexo de uma hipotética transformação no campo, provocada pela agropecuária – já que as atividades agrícolas e pastoris já conhecem desenvolvimento na primeira metade do Dezoito –; nem, tampouco, como algo apartado da urbanização. Trata-se, sim, de um processo espacial particular, fruto da própria complexificação da base econômica, produzindo novas relações de centralidade; no entrelaçamento de urbano e rural, essa dinâmica franqueia novas idéias e imagens dos processos sociais e políticos em curso nas Minas desse tempo.

Assim, o urbano, esse urbano que é produto da vida urbana, não vai multiplicar-se no início do século XIX. Existe sim um processo de multiplicação do número de núcleos citadinos do início do século XIX; todavia, esse processo não pode ser chamado de urbanização. O que se passa é, antes, uma ruralização que demanda a centralidade desses núcleos citadinos.

Que tipo de questão isso evoca? Parece-me que a questão fundamental é justamente a sugestão de que uma série de processos sociais, políticos e culturais próprios do século XVIII, que são claramente produtos desse ambiente urbano, encontra limites à sua reprodução com a chegada do século XIX. O exemplo mais evidente de todos é certamente o universo cultural do barroco mineiro. A desarticulação desse universo cultural na passagem do século XVIII para o XIX está claramente ligada a essa ruptura com o universo urbano. O rural não é capaz de produzir o tipo de encontro que é necessário para a vitalidade própria de um movimento artístico como o barroco mineiro. Por outro lado, no século XIX há uma série de processos políticos

⁹ Idem, Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, pp.53-4.

e sociais que colocam justamente o espaço do rural como o espaço de representação fundamental. No século XVIII a representação social era essencialmente a representação advinda do espaço urbano. Qualquer um que tivesse que se representar publicamente teria que estar na sua casa da cidade. No século XIX, por outro lado, a fazenda já assoma como um espaço social e político de representação que é extremamente importante. É possível, por exemplo, encontrar aí subsídios para se pensar a questão da gênese da tradicional família mineira, algo fundamental para se interpretar o século XIX mineiro, mas em tudo distante do século XVIII.

Para concluir, talvez seja interessante retomar a questão da “decadência econômica” nas Minas da primeira metade do século XIX. Essas pesquisas a que se fez referência anteriormente, e que remontam à década de 1980, permitem efetivamente concluir que não houve decadência econômica alguma, no sentido geral de a economia como um todo entrar num profundo marasmo após o arrefecimento da mineração. Mas, por outro lado – e este é um dos pontos importantes da discussão aqui apresentada –, esse mundo urbano que marca o espaço vivido do século XVIII em Minas vai, sim, entrar em decadência. As imagens dos viajantes estrangeiros que percorrem as vilas do ouro, imagens do começo do século XIX, dão muitas vistas da decadência naquele universo. Ou seja, elas não combinam com a imagem do fausto, a imagem do ouro que eles pensavam encontrar e que estão retratadas em outros textos, como o Triunfo Eucarístico da primeira metade do século XVIII – aí sim, momento do fausto da mineração. Não só em meados do século XIX, mas já algum tempo antes, em algumas partes específicas do território, a dinâmica econômica em Minas passa a produzir novas imagens de vitalidade urbana, bastante diversas daquelas do século XVIII, ligadas às vilas do ouro e à mineração em si. É importante, todavia, demarcar bem esses períodos e qualificar com propriedade as idas e vindas entre o urbano e o rural, para que se compreendam com clareza as transformações econômicas, sociais e espaciais que se processam em Minas entre o século XVIII e o XIX.